

Demonstrações Financeiras

UFV Boa Esperança S.A.

31 de dezembro de 2024

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	9
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	11
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1. CONTEXTO OPERACIONAL	12
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	16
4. IMOBILIZADO	16
5. INTANGÍVEL	17
6. ARRENDAMENTOS	18
7. FORNECEDORES	19
8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	19
9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
10. RECEITA LÍQUIDA	21
11. CUSTOS E DESPESAS	22
12. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	22
13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	23
14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	24
PARECER DO CONSELHO FISCAL	44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A UFV Boa Esperança S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A UFV Boa Esperança

A UFV Boa Esperança S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da sociedade de economia mista Cemig Geração e Transmissão S.A., regida por Estatuto Social e pelas Leis 6.404/1976, 13.303/2016 e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social é de R\$402.297 mil (R\$406 mil em 2023) representado por 402.296.837 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”).

DESEMPENHO OPERACIONAL

Resultado do exercício

A Companhia apurou um lucro líquido do exercício de R\$3.543 mil em 2024.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização – Lajida

Em 2024, o Lajida da Companhia foi de R\$4.021 mil e a margem do Lajida foi de 99,70% no mesmo período, conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2024
Resultado Líquido	3.543
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	457
Resultado financeiro	2
Depreciação e amortização	19
Lajida conforme “Resolução CVM 156” (1)	4.021

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Receita operacional

A receita bruta operacional foi de R\$4.186 mil em 2024.

A receita da Companhia é proveniente de aluguel e arrendamento de terrenos e equipamentos.

A Companhia desenvolveu e implantou no imóvel uma planta solar fotovoltaica com potência de 100,6 MWp (doravante denominada “Usina”), constituída de equipamentos fotovoltaicos geradores de energia elétrica, redes de distribuição de energia elétrica e todo e qualquer equipamento necessário para a implantação de Sistemas de Geração de Energia Elétrica (“SGEE”), para fins de geração de energia elétrica destinada à compensação de energia, na modalidade geração distribuída, em conformidade com a Resolução Normativa nº 482/2012 da Aneel, conforme alterada e da Lei n. 14.300/2022.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$31 mil em 2024, comparado a R\$17 mil em 2023. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos por depreciação e amortização. Mais informações na nota explicativa nº 11.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro em 2024 ficou negativo em R\$ 2 mil, comparado a R\$ 3 mil em 2023, sendo composto, principalmente, por juros de arrendamento. Mais informações na nota explicativa nº 12.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$457 mil (R\$ 3 mil em 2023) referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social. Mais informações na nota explicativa nº 13.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2025, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2024, no montante de R\$3.183 mil, após absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$360 mil:

- R\$159 mil para constituição de reserva legal;
- R\$1.512 mil referentes aos dividendos mínimos obrigatórios e
- R\$1.512 mil referentes a dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos ao acionista até 31 de dezembro de 2025, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de colaboradores.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	44	60
Tributos Compensáveis		1	1
Arrendamentos a receber		4.186	
TOTAL DO CIRCULANTE		4.231	61
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	4	405.097	-
Intangível	5	555	-
Direito de Uso	6a	58	132
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		405.710	132
ATIVO TOTAL		409.941	193

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	7	3.400	2
Impostos, Taxas e Contribuições	8	379	1
Dividendos a pagar	9c	1.512	-
Passivo de Arrendamento	6b	6	12
TOTAL DO CIRCULANTE		5.297	15
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, Taxas e Contribuições	8	153	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13	458	1
Passivo de Arrendamento	9b	65	131
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		676	132
TOTAL DO PASSIVO		5.973	147
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9		
Capital Social		402.297	406
Reserva de Lucros		1.671	(360)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		403.968	46
PASSIVO TOTAL		409.941	193

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA LÍQUIDA	10	4.033	-
CUSTOS	11		
Depreciação		(19)	(4)
Serviços de Terceiros		(1)	-
		(20)	(4)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		4.013	(4)
DESPESA OPERACIONAL	11		
Despesas Gerais e Administrativas		(6)	(9)
Outras Despesas		(5)	(4)
		(11)	(13)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro		4.002	(17)
Receitas Financeiras	12	5	8
Despesas Financeiras	12	(7)	(11)
		(2)	(3)
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		4.000	(20)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		-	(4)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13	(457)	3
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.543	(21)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.543	(21)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.543	(21)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	406	-	-	(339)	67
Prejuízo do exercício	-	-	-	(21)	(21)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	406	-	-	(360)	46
Aumento de capital	401.891	-	-	-	401.891
Resultado do Exercício	-	-	-	3.543	3.543
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva Legal	-	159	-	(159)	-
Dividendos Obrigatórios (R\$3,72 por ação)	-	-	-	(1.512)	(1.512)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$3,72 por ação)	-	-	1.512	(1.512)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	402.297	159	1.512	-	403.968

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	3.543	(21)
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	457	1
Depreciação e Amortização	16	-
Amortização direito de uso	4	4
Juros Passivo de Arrendamento	6	11
	4.026	5
(Aumento) Redução de Ativos		
Arrendamentos a receber	(4.186)	-
Outros	70	(54)
	(4.116)	(54)
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores	3.398	(1)
Arrendamentos	(76)	-
Impostos, Taxas e Contribuições	531	-
Direito de Uso	-	53
Outros	-	(3)
	3.853	49
Caixa Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais	3.763	(10)
Imposto Renda e Contribuição Social pagos	-	(1)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.763	(11)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(3.777)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.777)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Arrendamentos pagos	(2)	(11)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(2)	(11)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(16)	(22)
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	60	82
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	44	60
	(16)	(22)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A UFV Boa Esperança S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da sociedade de economia mista Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"), com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Barbacena, 1200, 9º Andar, Santo Agostinho, CEP 30190-131.

A sociedade tem por objetivos principais a instalação, operação, manutenção e aluguel de plantas solares, além de estar habilitada para participar e/ou administrar a constituição de consórcios, cooperativas ou condomínios de consumidores de energia elétrica, nos termos da Lei 14.300/22.

A UFV Boa Esperança S.A. explora uma usina fotovoltaica de geração centralizada, denominada UFV Advogado Eduardo Soares, com potência de 85 MW, na cidade de Montes Claros/MG, com operação comercial iniciada em outubro de 2025.

A UFV Boa Esperança ocupa uma área de 250 hectares e conta com 153.600 painéis solares montados sobre 2.560 estruturas móveis (trackers), que acompanham o movimento do sol para otimizar a geração de energia, que, em seguida, passa por 285 inversores, onde é convertida para corrente alternada e injetada na rede elétrica, com supervisão e o controle pelo Centro de Operação do Sistema – COS Cemig.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 28 de julho de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme detalhado na nota explicativa 14.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 4 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos); e
- Nota 14 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

2.6 Redução ao Valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por

desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. Não há impactos materiais ou relevante nas políticas contábeis já adotadas pela Companhia diante dessas alterações. As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	A Companhia não possui operações de “Risco Sacado”. Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and Leaseback</i> ”	

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
Alterações nas normas CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e	As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio à vista que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.	01/01/2025

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	O pronunciamento também destaca a importância das divulgações para que os usuários das demonstrações contábeis possam compreender como a moeda não conversível em outra afeta o desempenho financeiro, bem como os riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	
Alterações ao CPC 48 - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado. As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos. Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2026
CPC 26 (R1) – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 substituirá o CPC 26 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas. A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações de escopo restrito foram feitas no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.	01/01/2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2024	2023
Contas Bancárias	-	1
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	44	59
TOTAL	44	60

Os **Certificados de Depósitos Bancários – CDBs** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi de 98% a 99% em 31 de dezembro de 2024 (99% em 31 de dezembro de 2023), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

Estão divulgados na nota explicativa nº 14 a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e as práticas contábeis materiais.

4. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		1.375	(16)	1.359
Terreno		803	-	803
Máquinas e equipamentos	2,72	572	(16)	556
Em curso		403.738	-	403.738
Máquinas e equipamentos	2,72	393.582	-	393.582
Outros		10.156	-	10.156
Total		405.113	(16)	405.097

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Aporte	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas (A) + (B)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	-	-	1.375	1.375	1.375	(16)	1.359
Terrenos			803	803	803		803
Máquinas e equipamentos	-	-	572	572	572	(16)	556
							-
Em curso	-	3.777	399.961	403.738	403.738	-	403.738
Máquinas e equipamentos	-	3.201	390.381	393.582	393.582	-	393.582
Outros	-	576	9.580	10.156	10.156	-	10.156
Total	-	3.777	401.336	405.113	405.113	(16)	405.097

(1) Em 2024, a Companhia recebeu da Cemig GT aporte de ativos imobilizados no montante de R\$401.336 com o objetivo de viabilizar a operação da usina fotovoltaica UFV Boa Esperança com potência instalada de 85MW.

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. A taxa média de depreciação em 2024 é de 2,72%.

Política contábil

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, quando incorridas.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos ativos.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

5. INTANGÍVEL

	2024		
	Custo	Amort. acum.	Valor líquido
Em curso	555	-	555
Total	555	-	555

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Aporte (B)	Baixas (C)	Transferências (D)	Valor Bruto em 31/12/2024
Intangível - Servidão	-	-	555	-	-	555
Total	-	-	555	-	-	555

Em 2024, a Companhia recebeu da Cemig GT aporte de ativos imobilizados no montante de R\$555 mil

6. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	83	83
Amortização	(4)	(4)
Remensuração	54	54
Saldo em 31 de dezembro de 2023	132	132
Amortização	(4)	(4)
Remensuração	(70)	(70)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	58	58

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	90
Juros incorridos	11
Arrendamentos pagos	(11)
Juros sobre arrendamentos pagos	(1)
Remensuração	54
Saldo em 31 de dezembro de 2023	143
Juros incorridos	6
Arrendamentos pagos	(2)
Juros sobre arrendamentos pagos	(6)
Remensuração	(70)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	71
Passivo circulante	6
Passivo não circulante	65

Política contábil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

7. FORNECEDORES

	2024	2023
Circulante		
Materiais e serviços	3.400	2
Total	3.400	2

8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
Circulante		
ICMS	5	-
INSS	239	-
Outros	135	1
	379	1
Não circulante		
COFINS	126	-
PASEP	27	-
	153	-
TOTAL	532	1

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$402.297 mil, constituído por 402.296.837 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Aneel.

b) Reservas

Reservas de Lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucro	2024
Reserva Legal	159
Dividendos Adicionais Propostos	1.512
	1.671

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma legal, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2024
Dividendos obrigatórios	
Resultado do exercício	3.543
Reserva legal	(159)
	3.384
Absorção de prejuízos acumulados	360
Dividendos propostos	
Dividendos obrigatórios	1.512
Dividendos adicionais propostos	1.512
Total dos dividendos	3.024

d) Destinação do Resultado de 2023 - Proposta da Administração

Destinação do Resultado de 2023 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2025, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2024, no montante de R\$3.183, após absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$360:

- R\$159 para constituição de reserva legal;
- R\$1.512 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios; e
- R\$1.512 referentes a dividendos adicionais propostos.

10. RECEITA LÍQUIDA

	2024
Arrendamentos e aluguéis	4.186
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (a)	(153)
Receita Operacional Líquida	4.033

c) Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

	2024
Tributos sobre a Receita	
COFINS	126
PIS-PASEP	27
	153

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

11. CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas é conforme segue:

	Custos de operação		Despesas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Serviços de terceiros	1	-	6	9	7	9
Arrendamentos	(8)	-	-	-	(8)	-
Depreciação e Amortização	19	4	-	-	19	4
Outros custos e despesas	8	-	5	4	8	4
	20	4	11	13	26	17

12. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	5	8
	5	8
Despesas Financeiras		
Multas	(1)	-
Juros Passivo de Arrendamento	(6)	(11)
	(7)	(11)
RESULTADO FINANCEIRO	(2)	(3)

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente juros de arrendamento.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	2024	2023
Não Circulante		
Imposto de Renda	337	840
Contribuição Social	121	302
TOTAL	458	1.142

b) Conciliação do Imposto de renda e Contribuição Social no resultado

	31/12/2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1	1
Base de cálculo Lucro Presumido	1	1
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	0	0
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	0%	0%
IR e CS - Lucro Presumido	0	0
Rendas de aplicações	5	5
Rendas de aplicações resgatadas	1	1
Rendas Aplicações não resgatadas	4	4
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	1	0
Receita por competência diferida	4.187	4.187
Percentual de presunção	32%	32%
Base de cálculo	1.340	1.340
Alíquota	25%	9%
	335	122
Corrente	0	0
Diferido	335	122

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	44	44	59	59
		44	44	59	59
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(3.400)	(3.400)	(2)	(2)
Passivo de Arrendamento	2	(71)	(71)	(143)	(143)
		(3.471)	(3.471)	(145)	(145)

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: mensuradas a partir das cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus clientes. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores é conforme segue:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	3.400	-	-	-	-	3.400
Passivo de Arrendamento	1	2	3	24	98	128
TOTAL	3.401	2	3	24	98	3.528

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros. Encontram-se nessa categoria os seguintes ativos e passivos financeiros:

- Arrendamentos a receber;
- Fornecedores; e
- Passivo de arrendamento;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

* * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC-MG- 121.569/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da UFV Boa Esperança S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2024, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2025.

Belo Horizonte, 28 de julho de 2025.

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro Efetivo

Paulo César Teodoro Bechtluft, Conselheiro Efetivo

Eduardo José de Souza, Conselheiro Efetivo